



RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023



Março/2024

Campinas/SP, 20 de março de 2024

À

Diretoria do

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV

Estivemos nas dependências do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2023.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balanço Patrimonial;
Balanço Financeiro;
Balanço Orçamentário;
Demonstrações das Variações Patrimoniais;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração do Fluxo de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

Sócio

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros do

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV**

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV**, que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2023, as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, as mutações do patrimônio líquido e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

Base para opinião com ressalvas

Falta de Avaliação a Valor Justo das propriedades para investimento

De acordo com o CPC 28 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e o IAS 40 (International Accounting Standard), as propriedades para investimento devem ser mensuradas pelo seu valor justo. A contabilidade aponta o valor de R\$ 147,143 milhões em Imóveis em Investimento, que não foram objeto de Avaliação por avaliadores independentes, para determinar o valor justo desses investimentos. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos, se a avaliação a valor justo fosse realizada, no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV** para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29/03/2023, com opinião com as seguintes modificações: i) ressalva de falta de avaliações, em 2021, de imóveis recebidos e ii) ênfase referente a correção de precatórios a receber.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou

condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 20 de março de 2024



CRC2SP023856/O-1

CNPJ 07.791.963/0001-08



Eliziane Maria Rosa

CTCRC1PR059351/O-0 "S" SP

Sócia Responsável

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício de 2023

Resumo

As demonstrações contábeis e as notas explicativas têm um papel fundamental na gestão de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Elas fornecem informações detalhadas sobre a situação financeira e patrimonial do RPPS, auxiliando na tomada de decisões e no planejamento estratégico.



PREFEITURA DE
RIO PRETO



Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



ANEXO 14

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2023

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	3.762.306.734,67	876.455.321,91	PASSIVO	3.762.306.734,67	876.455.321,91
ATIVO CIRCULANTE	361.730.487,85	278.442.803,54	PASSIVO CIRCULANTE	8.578.990,75	1.955.786,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.388,54	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	7.079.351,76	1.929.839,88
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	20.893.413,45	4.940.072,36	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	34.904,25	23.312,93
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	340.835.685,86	273.502.731,18	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.464.734,74	2.634,12
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	3.400.576.246,82	598.012.518,37	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	3.446.458.540,39	875.013.471,27
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.253.373.572,95	450.796.067,77	Provisões a Longo Prazo	3.446.458.540,39	875.013.471,27
Créditos a Longo Prazo	2.770.155.503,32	8.010.001,84	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	307.289.203,53	-513.936,29
Créditos Previdenciários do RPPS	40.595.402,77	8.010.001,84	Resultados Acumulados	307.289.203,53	-513.936,29
Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização - Intra OFSS	2.729.560.100,55	0,00	Resultado do Exercício	307.783.139,82	81.164.716,89
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	278.169.376,19	266.527.169,86	Resultado de Exercícios Anteriores	-648.065.735,72	-729.230.452,61
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	205.048.693,44	176.258.696,07	Ajustes de Exercícios Anteriores	647.551.799,43	647.551.799,43
Investimentos	147.143.793,86	147.143.793,86			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	147.143.793,86	147.143.793,86			
Aplicação em Segmento de Imóveis	147.143.793,86	147.143.793,86			
Imobilizado	58.880,01	72.656,74			
Bens Móveis	254.109,07	254.109,07			
(-) Depreciação Acumulada	-195.229,06	-181.452,33			
ATIVO FINANCEIRO	210.061.433,79	449.763.429,26	PASSIVO FINANCEIRO	1.582.225,77	67.993,26
ATIVO PERMANENTE	3.552.245.300,88	426.691.892,66	PASSIVO PERMANENTE	3.453.537.892,15	876.943.311,15
SALDO PATRIMONIAL	0,00	-555.982,49	SALDO PATRIMONIAL	307.186.616,75	0,00

Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2023



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



ANEXO 15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2023

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	890.982.659,12	975.674.473,32	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	583.199.519,30	894.509.756,43
CONTRIBUIÇÕES	294.850.547,45	216.254.011,74	PESSOAL E ENCARGOS	12.210.020,31	5.146.718,15
Contribuições Sociais	294.850.547,45	216.254.011,74	Remuneração A Pessoal	11.815.662,97	4.822.066,87
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	169.941,68	120.405,08	Encargos Patronais	394.357,34	324.651,28
Exploração De Bens E Direitos E Prestação De Serviços	169.941,68	120.405,08	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	217.772.692,59	182.538.483,68
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	115.623.914,96	97.600.322,46	Aposentadorias E Reformas	201.002.806,66	167.598.044,15
Remuneração De Depósitos Bancários E Aplicações Financeiras	115.623.914,96	97.600.322,46	Pensões	16.769.885,93	14.939.839,53
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	171.490.405,73	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	914.141,08	810.628,64
Transferências Intra Governamentais	171.490.405,73	0,00	Uso De Material De Consumo	8.801,50	11.663,89
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	12.981.946,33	29.334.514,02	Serviços	891.562,85	776.790,08
Reavaliação De Ativos	12.981.946,33	29.334.504,02	Depreciação, Amortização E Exaustão	13.776,73	22.174,67
Ganhos Com Desincorporação De Passivos	0,00	10,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	47.028.918,87	85.346.838,74
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	295.865.902,97	632.365.220,04	Reavaliação, Redução A Valor Recuperável E Ajuste Para Perdas	47.028.918,87	85.346.838,74
Reversão De Provisões E Ajustes De Perdas	287.846.433,31	608.946.932,67	TRIBUTARIAS	2.817.071,93	2.483.858,85
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	8.019.469,66	23.418.287,37	Contribuições	2.817.071,93	2.483.858,85
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	302.456.674,52	618.183.228,37
			Vpd De Constituição De Provisões	301.221.807,61	618.183.228,37
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.234.866,91	0,00

Resultado Patrimonial do Período: 307.783.139,82 81.164.716,89

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	0,00	0,00
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço orçamentário em 31 de dezembro de 2023



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO



Anexo 12

Balanço Orçamentário

Exercício de 2023

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)
RECEITAS CORRENTES	297.000.000,00	297.000.000,00	279.650.809,69	-17.349.190,31
CONTRIBUIÇÕES	272.221.000,00	272.221.000,00	246.198.358,43	-26.022.641,57
Contribuições Sociais	272.221.000,00	272.221.000,00	246.198.358,43	-26.022.641,57
RECEITA PATRIMONIAL	17.010.000,00	17.010.000,00	23.981.596,80	6.971.596,80
Exploração Do Patrimônio Imobiliário Do Estado	510.000,00	510.000,00	169.941,68	-340.058,32
Valores Mobiliários	16.500.000,00	16.500.000,00	23.811.654,92	7.311.654,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.769.000,00	7.769.000,00	9.470.854,86	1.701.854,86
Indenizações, Restituições E Ressarcimentos	146.000,00	146.000,00	29.143,34	-116.856,66
Multas E Juros De Mora Das Receitas De Capital	0,00	0,00	1.028.426,85	1.028.426,85
Demais Receitas Correntes	7.623.000,00	7.623.000,00	8.413.284,47	790.284,47
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	297.000.000,00	297.000.000,00	279.650.809,69	-17.349.190,31
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	297.000.000,00	297.000.000,00	279.650.809,69	-17.349.190,31
DÉFICIT (IV)		0,00		
TOTAL (V) = (III + IV)	297.000.000,00	297.000.000,00	279.650.809,69	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00			
Superávit Financeiro	0,00			
Reabertura de créditos adicionais	0,00			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 12

Balço Orçamentário

Exercício de 2023

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
DESPESAS CORRENTES	224.882.000,00	257.242.000,00	229.788.517,77	229.757.430,99	229.722.526,74	27.483.482,23
Pessoal E Encargos Sociais	216.469.000,00	249.789.000,00	224.831.316,04	224.831.316,04	224.831.316,04	23.957.683,96
Outras Despesas Correntes	8.413.000,00	8.453.000,00	4.957.201,73	4.926.114,95	4.891.210,70	3.495.798,27
DESPESAS DE CAPITAL	118.000,00	118.000,00	51.500,00	0,00	0,00	66.500,00
Investimentos	118.000,00	118.000,00	51.500,00	0,00	0,00	66.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	72.000.000,00	39.640.000,00	0,00	0,00	0,00	39.640.000,00
Reserva De Contingencia	72.000.000,00	39.640.000,00	0,00	0,00	0,00	39.640.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	297.000.000,00	297.000.000,00	229.840.017,77	229.757.430,99	229.722.526,74	67.159.982,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI) + (VII)	297.000.000,00	297.000.000,00	229.840.017,77	229.757.430,99	229.722.526,74	67.159.982,23
SUPERÁVIT (IX)			49.810.791,92			
TOTAL (X) = (VIII + IX)	297.000.000,00	297.000.000,00	279.650.809,69	229.757.430,99	229.722.526,74	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço financeiro em 31 de dezembro de 2023



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Balanço Financeiro

Exercício de 2023

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Ordinária		Ordinária	
Vinculada		Vinculada	
Alienação de Bens		Alienação de Bens	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	
Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural		Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural	
Educação		Educação	
Saúde		Saúde	
Trânsito		Trânsito	
Assistência Social		Assistência Social	
Regime Próprio de Previdência	279.650.809,69	Regime Próprio de Previdência	229.840.017,77
Convênio com Recursos Ordinários		Convênio com Recursos Ordinários	
Transferências Especiais da União		Desvinculação de Receitas Municipais - DRM	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	279.650.809,69	Transferências Especiais da União	229.840.017,77
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR	
Inscritos no Período	117.491,03	Liquidados no Período	53.301,17
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR		SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	
Inscritos no Período		Liquidados no Período	
DEPÓSITOS		DEPÓSITOS	
Recebidos no Período	17.505.333,84	Restituições no Período	18.045.043,23
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Conforme Anexo 13-A	3.187.945.817,17	Conforme Anexo 13-A	3.171.946.746,34
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO EM ESPÉCIE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE	
DISPONÍVEL		DISPONÍVEL	
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	
Caixa		Caixa	1.388,54
Bancos c/ Movimento		Bancos c/ Movimento	
Aplicações Financeiras		Aplicações Financeiras	
Aplicações Financeiras - RPPS	273.502.731,18	Aplicações Financeiras - RPPS	340.835.085,86
TOTAL	3.758.722.182,91	TOTAL	3.758.722.182,91

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 13-A - DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA E DESPESA QUE CONSTITUEM O TÍTULO DE "DIVERSAS CONTAS" DO BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2023

Discriminação	Movimento do Período		Resultado do Período	
	Débito	Crédito	Receita	Despesa
ATIVO CIRCULANTE	<u>101.011.807,03</u>	<u>85.058.465,94</u>		<u>15.953.341,09</u>
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	101.011.807,03	85.058.465,94		15.953.341,09
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>2.863.267.367,94</u>	<u>60.703.639,49</u>	<u>13.776,73</u>	<u>2.802.577.505,18</u>
Créditos a Longo Prazo	2.863.266.456,45	60.688.951,27		2.802.577.505,18
Imobilizado	911,49	14.688,22	13.776,73	
PASSIVO CIRCULANTE	<u>473.494.993,93</u>	<u>478.593.717,28</u>	<u>5.155.121,89</u>	<u>56.398,54</u>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	441.996.488,83	447.149.800,71	5.153.311,88	
Fornecedores e Contas a Pagar	848.316,68	791.918,14		56.398,54
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	2.812.952,93	2.812.952,93		
Demais Obrigações a Curto Prazo	27.837.235,49	27.839.045,50	1.810,01	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>287.846.433,31</u>	<u>2.859.291.502,43</u>	<u>2.571.445.089,12</u>	
Provisões	287.846.433,31	2.859.291.502,43	2.571.445.089,12	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>244.300.035,71</u>	<u>244.300.035,71</u>		
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	<u>391.082.071,81</u>	<u>37.722.570,28</u>		<u>353.359.501,53</u>
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	<u>39.105.442,69</u>	<u>650.437.292,12</u>	<u>611.331.849,43</u>	
TOTAL:	<u>4.400.108.152,42</u>	<u>4.416.107.223,25</u>	<u>3.187.945.817,17</u>	<u>3.171.946.746,34</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O regime próprio de previdência social de São José do Rio Preto foi instituído pela Lei Complementar nº 139 de 28 de dezembro de 2001, com alterações posteriores introduzidas pelas Leis Complementares nº 197 de 18 de novembro de 2004, nº 203 de 03 de março de 2005, nº 216 de 27 de dezembro de 2005, nº 364 de 24 de abril de 2012 e nº 566 de 28 de junho de 2018.

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto – RIOPRETOPREV é uma Autarquia integrante da estrutura da administração pública do município que tem por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do regime próprio, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

Por sua vez, o regime próprio é o sistema de previdência, estabelecido no âmbito do município, que assegure, por lei, ao servidor titular de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

Em conformidade com a legislação mencionada, são órgãos executivos e consultivos da Entidade:

- Conselho Municipal de Previdência (Deliberativo);
- Conselho Fiscal;
- Diretoria; e
- Comitê de Investimentos.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de ativos e passivos financeiros (quando aplicável) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a legislação aplicável à contabilidade e às finanças públicas, em especial, Lei 4.320 de 17 de março de 1964, Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, Portaria MPS Nº 509/13, Portaria STN 634/13, bem como as normas brasileiras de contabilidade do setor público – NBC T SP, Manual

de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, dentre outras normas publicadas pela Secretaria da Previdência – Ministério da Economia, além dos desdobramentos, regras de validação previstas no plano de contas AUDESP e outras orientações expedidas pelo Tribunal de Contas de São Paulo.

As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas em contas de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas conforme as instruções do MCASP.

3 **DISPONIBILIDADES**

3.1 - Caixa

A Entidade trata devidamente dos seus registros, possuindo cópias digitalizadas para recuperação em caso de eventual sinistro. Todos os documentos da tesouraria foram arquivados corretamente em processo administrativo digital, sendo que existem comprovantes do fornecimento do material/ou serviço, documento fiscal e outros, sendo fácil a comprovação da sua legalidade.

A Entidade não possui valor mínimo em caixa, sendo que a sua movimentação financeira é feita por meios bancários, mantendo o Fundo Caixa Brasil Disponibilidade vinculado à conta corrente com aplicações e resgates automáticos. Em 31 de dezembro de 2023 não havia saldo disponível em conta caixa.

3.2 – Bancos conta movimento

A movimentação financeira da Entidade é feita por meios bancários em contas correntes do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal, com aplicações e resgates automáticos em fundos de investimento.

Em 31 de dezembro de 2023 havia saldo disponível de R\$ 1.388,54 na conta bancária 440/5 agência 0631, relativos a arrecadação da contribuição previdenciária do servidor Thales Facipieri Castro, cedido para a Prefeitura de Tanabi-SP, que não foi aplicado em virtude não existir expediente bancário em 29/12/2023.

4 **APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Os investimentos são efetuados de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimentos, conforme determina a resolução CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010. A Entidade classificou os investimentos como “títulos para negociação”, com exceção para os

títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, que foram classificados como “Mantidos até o Vencimento”.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os investimentos em cotas de fundos de investimento e títulos emitidos pelo Tesouro Nacional foram classificados conforme segue:

	2023	2022
Fundos de investimento em renda fixa ou referenciados	200.254.270,99	154.737.123,38
Fundos de investimento em renda variável	153.910.361,58	130.533.306,68
Fundos Avaliados a Valor de Mercado	5.852.185,57	9.359.843,26
Títulos do tesouro nacional	185.867.561,16	155.131.353,93
Circulante	340.835.685,86	273.502.731,18
Não circulante	205.048.693,44	176.258.896,07

4.1 – Fundos de investimento

Demonstramos abaixo as aplicações em fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários:

Fundo	CNPJ	Instituição financeira	2023	2022
Bradesco Instir Fic Fi Rf Ima B5	20.216.216/0001-04	Banco Bradesco S.A	8.352.187,46	7.467.886,33
Bradesco Instir Fic Fi Rf Ima-B	08.702.798/0001-25	Banco Bradesco S.A	25.359.432,12	19.237.077,11
Bradesco Fia Mid Small Cap	06.988.623/0001-09	Banco Bradesco S.A	14.908.078,04	14.403.519,50
Bb Prev Rf Alocação Ativa Retorno Total Fic Fi	35.292.588/0001-89	Banco do Brasil S.A	13.471.112,96	11.715.454,55
Bb Previd Rf Ima-B Tp Fi	07.442.078/0001-05	Banco do Brasil S.A	15.771.610,40	13.388.446,85
Bb Prev Ações Alocação Fia	18.270.783/0001-99	Banco do Brasil S.A	25.667.906,22	21.302.983,83
Bb Ações Globais Bdr Nivel I Fic Fia	22.632.237/0001-28	Banco do Brasil S.A	2.149.366,14	1.843.256,03
Bb Ações Seleção Fatorial Fic Fi	07.882.792/0001-14	Banco do Brasil S.A	2.427.306,27	2.040.835,40
Bb Ações Nordan Global Climate And Environment Ie Fi	28.578.936/0001-13	Banco do Brasil S.A	2.407.659,37	2.372.111,90
Bb Multimercado Global Select Equity Ie Fi	17.413.636/0001-68	Banco do Brasil S.A	707.973,84	610.246,55
Bb Prev Rf Tp Ipa Fi	15.486.093/0001-83	Banco do Brasil S.A	-	5.363.918,37
Bb Prev Rf Tp Ipa III Fi	19.303.795/0001-35	Banco do Brasil S.A	580.867,22	553.904,10
Bb Prev Rf Ipa III (Cred Priv)	14.091.645/0001-91	Banco do Brasil S.A	3.016.509,75	2.690.170,39
Bb Prev Rf Flanco Fic Fi	13.077.415/0001-05	Banco do Brasil S.A	-	190.171,36
Santander Fic Fi Ima-B5 Tit Publ Rf	13.455.117/0001-01	Banco Santander S.A	9.756.731,26	8.722.047,50
Santander Go Global Equity Esg Reais Min Ie Fi	34.258.351/0001-19	Banco Santander S.A	7.039.226,89	5.446.701,03
Western Asset Ima B Ativo Fi Rf	09.087.301/0001-79	BNP Paribas Brasil S.A	5.595.114,48	4.826.413,70
Western Asset Ima B5 Ativo Fi Rf	17.517.577/0001-78	BNP Paribas Brasil S.A	10.852.755,29	9.680.428,53
Western Asset Fia Bdr Nivel I	19.831.126/0001-36	BNP Paribas Brasil S.A	9.456.223,45	7.136.631,66
Caixa Brasil Disponibilidades Fi Renda Fixa	14.508.643/0001-55	Caixa Econômica Federal	748.926,08	666.134,48
Caixa Brasil Fi Idica Ipa 2A Rf Lp	14.386.926/0001-71	Caixa Econômica Federal	-	1.706.073,90
Caixa Brasil Ima B5 Tp Rf Lp	11.060.913/0001-10	Caixa Econômica Federal	-	14.898.653,78
Caixa Brasil Gestão Estratégica Rf Fic	23.215.097/0001-55	Caixa Econômica Federal	10.692.337,82	9.413.425,43
Fic Acoes Export Vinci Valor Rpps	14.507.699/0001-95	Caixa Econômica Federal	20.413.929,66	16.925.782,71
Fic Fia Caixa Brasil Ações Livre Quantitativo	30.068.169/0001-44	Caixa Econômica Federal	5.269.559,83	4.119.933,26
Caixa Institucional Fia Bdr Nivel I	17.502.937/0001-68	Caixa Econômica Federal	6.113.423,85	4.893.804,74
Caixa Fi Ações Brasil Etf Ibovespa	15.154.236/0001-50	Caixa Econômica Federal	5.017.364,63	4.126.376,73
Fic Fi Caixa Novo Brasil Rf Ref Ima-B Lp	10.646.895/0001-90	Caixa Econômica Federal	37.734.862,74	30.060.957,37
Caixa Brasil Rf Ref Di Lp	03.737.206/0001-97	Caixa Econômica Federal	29.954.923,01	13.418.012,73
Caixa Fi Indexa Bolsa Americana Multimercado Lp	30.036.235/0001-02	Caixa Econômica Federal	6.236.613,05	4.681.508,88
Caixa Brasil Fi 2024 Vi Tp Rf	22.791.074/0001-26	Caixa Econômica Federal	1.005.700,72	955.780,05
Caixa Brasil Matriz Rf	23.215.008/0001-70	Caixa Econômica Federal	1.158.461,72	2.273.597,58
Caixa Brasil Títulos Públicos Rf Lp	05.164.356/0001-84	Caixa Econômica Federal	4.455.687,27	1.708.423,81
Caixa Brasil IMA-B Tp Rf Lp	10.740.658/0001-93	Caixa Econômica Federal	3.103.964,01	-
Caixa Brasil IMA-B 5+ Tp Rf Lp	10.577.503/0001-88	Caixa Econômica Federal	18.643.086,68	-
Kinea Private Equity Iv Feeder Instir I Fip Multiestratégia	27.782.774/0001-78	Lions Trust Adm Rec Ltda	11.244.355,36	11.072.335,30
Kinea Private Equity V Feeder Instir I Fip Multiestratégia	41.745.796/0001-99	Intrag DTVM Ltda	1.172.286,06	695.363,58
Rio Bravo Proteção Fim	42.813.674/0001-55	Rio Bravo Investimentos Ltda	1.181.949,13	1.021.685,84
Btg Pactual S&P 500 Brl Fim	36.499.594/0001-74	Banco BTG Pactual S.A	22.398.004,04	20.945.865,77
Btg Pactual Economia Real II FIP Multiestratégia	44.172.951/0001-13	Banco BTG Pactual S.A	312.878,16	-
Xp Dividendos Fi Ações	16.575.255/0001-12	XP Investimentos S.A	3.111.996,20	2.492.866,07
Mis Global Opportunity Adv Ie Fic Ações	33.913.562/0001-85	XP Investimentos S.A	6.074.834,26	4.401.497,90
Patnia PE VII Advisory FIP Multi - Classe C	43.120.902/0001-74	XP Investimentos S.A	599.427,13	-
			354.164.632,57	289.470.284,60

4.2 – Títulos do Tesouro Nacional e Letras Financeiras

Em atendimento à Portaria SPREV nº 4 de 5 de fevereiro de 2018, demonstramos por transparência o efeito contábil dos títulos que a gestão da Entidade optou por precificá-los como títulos mantidos até o vencimento, para fazer frente aos compromissos atuários. O valor dos títulos, com marcação na curva, evoluiu da seguinte forma nos anos de 2022 e 2023:

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Quantidade</u>	<u>PU Curva</u>	<u>Valor Curva 2023</u> <u>- R\$</u>	<u>Valor Curva</u> <u>2022 - R\$</u>
NTN-B	15/08/2024	1.617	4.291,50	6.939.360,70	6.674.076,31
NTN-B	15/08/2026	2.619	4.320,83	11.316.248,13	10.850.408,14
NTN-B	15/05/2035	1.241	4.458,00	5.532.373,93	5.297.558,83
NTN-B	15/05/2035	1.206	4.587,05	5.531.976,49	5.306.892,95
NTN-B	15/05/2035	1.201	4.639,29	5.571.785,42	5.349.001,96
NTN-B	15/05/2035	1.217	4.620,54	5.623.195,65	5.396.943,77
NTN-B	15/08/2040	1.207	4.722,57	5.700.137,83	5.457.658,11
NTN-B	15/08/2040	1.247	4.572,33	5.701.701,47	5.452.335,72
NTN-B	15/08/2040	2.415	4.807,50	11.610.123,88	11.124.047,43
NTN-B	15/08/2040	2.417	4.829,07	11.671.858,67	11.185.189,48
NTN-B	15/05/2045	1.257	4.384,73	5.511.604,40	5.260.989,54
NTN-B	15/08/2040	333	4.422,02	1.472.531,06	1.406.358,93
NTN-B	15/05/2045	1.254	4.301,31	5.393.841,18	5.146.107,57
NTN-B	15/08/2050	253	4.425,35	1.119.614,06	1.068.007,93
NTN-B	15/08/2050	2.549	4.108,30	10.472.068,79	9.977.279,45
NTN-B	15/05/2055	2.594	4.037,18	10.472.450,51	9.977.726,24
NTN-B	15/05/2045	4.885	4.280,82	20.911.783,14	19.948.984,61
NTN-B	15/08/2050	2.493	4.269,47	10.643.780,93	10.147.059,57
NTN-B	15/05/2035	1.265	4.190,83	5.301.405,48	5.056.779,94
NTN-B	15/08/2026	2.500	4.219,83	10.549.582,14	10.034.130,55
NTN-B	15/05/2045	1.306	4.030,13	5.263.347,19	5.013.816,90
NTN-B	15/08/2050	1.289	4.107,80	5.294.952,63	0,00
NTN-B	15/08/2050	1.328	4.384,44	5.822.537,01	0,00
NTN-B	15/08/2024	2.423	4.238,98	10.271.037,91	0,00
NTN-B	15/05/2045	498	4.353,94	2.168.262,56	0,00
LFSN	28/07/2032	10	585.218,56	5.852.185,57	5.159.988,72
Títulos do Tesouro Nacional e Letras Financeiras				<u>191.719.746,73</u>	<u>160.291.342,65</u>

A Entidade atesta a intenção e a capacidade financeira para manter os ativos supramencionados na carteira própria até os seus respectivos vencimentos.

Apenas para efeito de comparação, em relação aos títulos públicos federais, a diferença na marcação dos ativos na curva e a mercado é a seguinte:

Ativo	Financeiro Curva (R\$)	Taxa Curva (%)	Financeiro Mercado (R\$)	Taxa Mercado (%)	Diferença (R\$)
NTN-B 150535 (4,825000%)	5.571.785,42	4,825000	5.344.296,43	5,342800	-227.488,99
NTN-B 150535 (4,875000%)	5.623.195,65	4,875000	5.415.494,38	5,342800	-207.701,27
NTN-B 150535 (4,965000%)	5.531.976,49	4,965000	5.366.545,79	5,342800	-165.430,70
NTN-B 150535 (5,320000%)	5.532.373,93	5,320000	5.522.291,31	5,342800	-10.082,62
NTN-B 150535 (6,100000%)	5.301.405,48	6,100000	5.629.088,24	5,342800	327.682,76
NTN-B 150545 (5,690000%)	5.511.604,40	5,690000	5.652.257,78	5,477000	140.653,38
NTN-B 150545 (5,750000%)	2.168.262,56	5,750000	2.239.319,31	5,477000	71.056,75
NTN-B 150545 (5,854000%)	5.393.841,18	5,854000	5.638.767,90	5,477000	244.926,72
NTN-B 150545 (5,895000%)	20.911.783,14	5,895000	21.966.013,72	5,477000	1.054.230,58
NTN-B 150545 (6,421000%)	5.263.347,19	6,421000	5.872.592,41	5,477000	609.245,22
NTN-B 150555 (6,351000%)	10.472.450,51	6,351000	11.817.260,35	5,472400	1.344.809,84
NTN-B 150824 (5,270000%)	6.939.360,70	5,270000	6.885.485,59	6,618000	-53.875,11
NTN-B 150824 (7,408000%)	10.271.037,91	7,408000	10.317.582,93	6,618000	46.545,02
NTN-B 150826 (5,525000%)	11.316.248,13	5,525000	11.400.989,02	5,200000	84.740,89
NTN-B 150826 (6,563000%)	10.549.582,14	6,563000	10.882.960,12	5,200000	333.377,98
NTN-B 150840 (4,830000%)	11.671.858,67	4,830000	11.026.683,14	5,381900	-645.175,53
NTN-B 150840 (4,873000%)	11.610.123,88	4,873000	11.017.558,87	5,381900	-592.565,01
NTN-B 150840 (5,045000%)	5.700.137,83	5,045000	5.506.498,37	5,381900	-193.639,46
NTN-B 150840 (5,360000%)	5.701.701,47	5,360000	5.688.983,82	5,381900	-12.717,65
NTN-B 150840 (5,690000%)	1.472.531,06	5,690000	1.519.191,35	5,381900	46.660,29
NTN-B 150850 (5,760000%)	1.119.614,06	5,760000	1.162.272,22	5,471800	42.658,16
NTN-B 150850 (5,832500%)	5.822.537,01	5,832500	6.100.780,65	5,471800	278.243,64
NTN-B 150850 (6,042000%)	10.643.780,93	6,042000	11.452.745,60	5,471800	808.964,67
NTN-B 150850 (6,351000%)	10.472.068,79	6,351000	11.710.007,43	5,471800	1.237.938,64
NTN-B 150850 (6,352000%)	5.294.952,63	6,352000	5.921.616,16	5,471800	626.663,53
Diferença Total					5.189.721,73

5 IMÓVEIS

Para cobertura do déficit técnico apurado em cálculo atuarial e nos termos do plano de amortização aprovado à época, conforme item 13 desta nota explicativa, o Município de São José do Rio Preto instituiu a alíquota suplementar de contribuição a seu cargo (Poderes Executivo, Legislativo, de suas autarquias e fundações e demais entidades sob seu controle direto ou indireto) a ser amortizada ao longo de 35 anos, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2054.

Para fazer frente à alíquota suplementar supracitada, a Prefeitura Municipal, além do pagamento em dinheiro, efetuou o repasse de imóveis (sendo, recentemente, 32 propriedades no ano de 2017 e 12 propriedades no ano de 2021), tendo sido alienado um destes imóveis em 2022, o qual foi arrematado pelo valor de avaliação atualizada estipulado como valor mínimo no Processo Licitatório à época.

Saldo em Imóveis em 31 de dezembro de 2023: R\$ 147.143.793,86.

6 DIREITOS CREDITÓRIOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Direitos creditórios	269.907.646,19	256.925.699,86

Trata-se de direitos de crédito de processo judicial já reconhecido, conforme histórico adiante.

O Município de São José do Rio Preto entrou com ação para ressarcimento de créditos pagos indevidamente no período de 1962 a 1999 (mais pensões pagas indevidamente de 1999 a 2008), que originou o processo 0037985-46.2008.26.0576 contra o IPESP – Instituto e Previdência do Estado de São Paulo. Em 23 de agosto de 2012, foi emitido laudo por perito nomeado pelo Tribunal de Justiça para efetuar os devidos cálculos do crédito. O laudo demonstrou nesta data saldo de R\$ 73.319.200,80. Em 25 de março de 2014, foi julgado recurso do processo e, pelo acórdão com voto 29149, bem como registro 2014.0000183943, houve parcial provimento aos recursos da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Em 31 de julho de 2017, foi apresentada nova atualização de valores por meio de laudo da Prefeitura, havendo o trânsito em julgado do mérito da ação e a homologação expressa do valor outrora apresentado. Foi dado, então, início à execução da decisão judicial, com a apresentação do laudo contendo o cálculo atualizado, hipótese em que houve decisão judicial homologando os cálculos. O valor homologado, com a devida atualização arbitrada pela decisão, somou, em meados de 2017, o montante de R\$ 155.709 (milhões).

Em 6 de setembro de 2017, foi editada a Lei Complementar nº 545, do Município de São José do Rio Preto, em que este passou a custear, a partir do exercício de 2018, contribuição suplementar estabelecida pela Lei 396/2013 e alterada pela Lei 532/2017. Assim, o Município por meio da Lei, transferiu à RIOPRETOPREV os direitos sobre os créditos oriundos do processo em questão pelo valor do laudo apresentado em 31 de julho de 2017. A execução judicial está representada pelo processo 0021416-52.2017.8.26.0576.

Adicionalmente, esta Lei altera o parágrafo 3º do artigo da Lei 396/2013 para: “a contribuição suplementar prevista na tabela do caput deste artigo poderá ocorrer mediante a transferência de bens móveis ou imóveis, direitos e demais ativos de qualquer natureza, inclusive créditos provenientes de ação judicial ou inseridos na dívida ativa municipal, de titularidade do Município ao Regime Próprio de Previdência de São José do Rio Preto, que se tornem viáveis ao alcance da finalidade prevista nesta Lei complementar, desde que garantidas a solvência e liquidez em prazo compatível com as obrigações do plano de benefícios.”

Esta Lei Complementar do Município está respaldada pelo artigo 249 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que também é remetido pela Portaria nº 1.467/22 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em seu artigo 55, inciso III.

Então, em 27 de novembro de 2017 o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio de decisão, homologou os cálculos supramencionados, os quais já haviam sido confirmados em 1ª Instância. Apesar de decisão favorável, a Fazenda do Estado de SP, representando o IPESP, continuou na tentativa de questionar os cálculos e atrasar a continuidade da execução, impugnando e recorrendo até as últimas instâncias.

O IPESP apresentou, dentre os recursos, agravo de instrumento contra a decisão que homologou os cálculos, ao qual foi negado provimento. Posteriormente, apresentou embargos de declaração que também foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 8 de novembro 2019. O IPESP, ainda, interpôs recurso especial para o STJ, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição da República, incitando que a decisão descumpriria legislação federal e jurisprudência.

Porém, em 17 de agosto de 2020, após o julgamento do último recurso cabível, ao qual foi negado provimento pelo STJ, houve o trânsito em julgado da decisão homologatória daqueles cálculos, inclusive referente à impugnação dos cálculos por parte do IPESP, encerrando qualquer lide sobre o processo, o que tornou definitiva a forma de cálculo defendida pelo Município ao propor a execução, cuja metodologia deveria continuar a ser seguida nas atualizações futuras, até o efetivo pagamento.

Assim, a Procuradoria Geral do Município vinha atualizando os valores conforme Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais (INPC), acrescidos de 1% ao mês, conforme a decisão. O efeito total no resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 43.850, e o valor do direito creditório contabilizado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 256.926. Os

efetivos ajustes a serem consignados nas demonstrações contábeis dependem da finalização dos procedimentos burocráticos judiciais.

Por fim, após o cumprimento de toda a burocracia exigida pelo TJ/SP (Departamento de Precatórios), o Município inscreveu em precatório oficialmente o débito no ano de 2022, o qual foi inserido na ordem de precatórios do Governo do Estado de SP em 2023. Pela regra constitucional, precatórios inscritos e aceitos pelo TJ/SP até abril de um exercício devem ser pagos até o final do exercício seguinte. Assim, sendo o precatório do IPESP inscrito no início de 2022, em regra, deveria o Estado de SP efetuar o pagamento integral do débito até o final de 2023 (é o chamado regime ordinário de precatório). E, conforme entendimento do STF (Súmula Vinculante 17 e outros julgados), o débito não sofre nenhum acréscimo moratório durante o período de “graça” do precatório, que vai desde a inscrição do precatório (início 2022) até o prazo de pagamento (dez/2023), daí porque o débito não teve inclusão de juros moratórios até o prazo final de seu pagamento, com a simples inclusão de correção monetária. Transcorreu-se tal prazo sem que o precatório fosse pago, de forma que os juros moratórios voltarão a ser acrescidos normalmente, a partir do presente exercício de 2024.

Atualmente, ao final de dezembro de 2023, o precatório atualizado monetariamente equivale ao montante de R\$ 269.907.646,19, sobre o qual haverá o acréscimo de juros moratórios e correção a partir de 2024, não havendo previsão, até o momento, da data do efetivo pagamento de tal montante por parte do Governo Estadual.

7 OUTROS ATIVOS

	2023	2022
Acordo de parcelamento CADPREV n° 412/2021	5.860.932,74	5.277.411,88
Acordo de parcelamento CADPREV n° 662/2021	6.766.975,13	6.219.475,32
Acordo de parcelamento CADPREV n° 308/2023	43.318.427,52	0,00
	=====	=====
	55.946.335,39	11.496.887,20
Circulante	15.350.932,62	3.486.885,36
Não Circulante	40.595.402,77	8.010.001,84
	=====	=====
	55.946.335,39	11.496.887,20

São parcelamentos de contribuição de alíquotas suplementares conforme termos de acordo de parcelamentos e confissão de débitos previdenciários:

8 CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR A RECEBER

No tocante as contribuições previdenciárias suplementares da competência de dezembro de 2023, com vencimento em 20 de janeiro de 2024, constatamos que houve apenas pagamento parcial do tributo, restando a receber a quantia de R\$ R\$ 4.202.740,87. Tal débito foi parcelado

após o encerramento do exercício.

9 IMOBILIZADO

	2023	2022
Valores contábeis de:		
Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10.388,46	6.746,92
Bens de Informática	16.944,83	15.811,09
Móveis e Utensílios	14.221,81	
18.893,49		
Veículos	13.501,52	15.132,56
Demais bens Móveis	<u>3.823,39</u>	<u>13.564,14</u>
	58.880,01	70.148,20

10 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Representadas por:

	2023	2022
Férias (servidores Rio Preto Prev)	247.333,05	218.541,31
Precatórios a Pagar	<u>6.832.018,71</u>	<u>1.711.298,57</u>
	7.079.351,76	1.929.839,88

11 FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedores diversos a pagar	<u>34.904,25</u>	<u>23.312,93</u>
	34.904,25	23.312,93

Descrição dos fornecedores a pagar em 31/12/2023:

Luiz Gonzaga Ferreira – Aluguel Sede.....	15.500,00
Dataprev – Empresa de Tec e Inf da Previdencia – Sistema do Comprev	1.800,00
Cia. Paulista de Força e Luz – Energia Elétrica.....	3.796,11
Empro Tecnologia e Informática – Serviços de Processamento de Dados.....	13.706,18
SEMAE – Serv Mum de Agua e Esgotos – Agua e Esgotos Sede.....	<u>101,96</u>
Total	34.904,25

12 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
Impostos retidos a repassar (IRRF.ISS e INSS)	1.464.734,74	719,10
Outras	<u>0,00</u>	<u>1.915,02</u>
	1.464.734,74	2.634,12

O repasse de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) referente ao mês de dezembro de 2023 foi efetuado no início do ano de 2024. O repasse de dezembro de 2022 ocorreu dentro do próprio mês.

13 RESERVAS MATEMÁTICAS

As reservas matemáticas representam as obrigações estimadas, líquidas de contribuições a receber. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva matemática de benefícios concedidos e da reserva matemática de benefícios a conceder, que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros. Os registros contábeis são de responsabilidade técnica do atuário (MIBA 100.002) da empresa Brasilis Consultoria Ltda.

A conta abaixo apresentada - 1.2.1.1.2.08.02 - CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO recebeu o saldo escriturado da conta 2.2.7.2.1.05.98 em razão de sua exclusão, conforme determinação contida na “*Errata do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – Valido para o exercício de 2023 – Síntese de Alterações do Plano de Contas aplicado ao Setor Público*”, sitio eletrônico: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicações/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-estendido/2023/114>.

ATIVO

	2023	2022
ATIVOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	971.790.171,68	787.821.446,99
PARCELAM DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO PREVIDENCIÁRIO	56.029.081,87	14.983.772,89
TOTAL DO ATIVO GARANTIDOR	1.027.819.253,55	802.805.219,88
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	2.729.560.100,55	2.183.775.658,99
VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	2.729.560.100,55	2.183.775.658,99
TOTAL DO ATIVO	3.757.379.354,10	2.986.580.878,87

PASSIVO

	2023	2022
PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.318.825.124,81	1.814.968.979,80
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	2.591.447.879,96	2.008.997.887,84
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	116.432.138,62	83.230.550,86
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	2.509.955,27	3.751.854,20
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	153.680.661,26	107.046.502,99
PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.126.014.926,51	1.233.853.147,96
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	2.818.358.635,99	2.537.143.716,60
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	912.196.583,43	666.109.624,50
(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	624.327.943,62	458.139.530,15
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	155.819.182,43	179.041.413,99
TOTAL DO PASSIVO	3.444.840.051,32	3.048.822.127,76

14 PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS

A Entidade é parte envolvida em processos cíveis, em 31 de dezembro de 2023, o montante de causas com perdas consideradas como prováveis era de R\$ 1.618.489,07

Saldo em 31 de dezembro de 2022	R\$ 1.497.881,42
Acréscimos.....	R\$ 120.607,65
Saldo em 31 de dezembro de 2023	R\$ 1.618.489,07

Abaixo, segue o resumo do quantitativos referentes os litígios em que é parte a Autarquia:

<u>Resumo de litígios Cíveis</u>	Prováveis	Possíveis	Total
Em 31/12/2023	R\$ 1.618.489,07	R\$ 7.290.055,63	R\$ 8.908.544,70

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de causas com perdas consideradas como possíveis era de R\$ 7.290.055,63.

15 RESULTADO DO EXERCÍCIO

15.1 Resultado financeiro

O resultado geral do exercício de 2023 foi superavitário em R\$ 307.783.139,82 conforme quadros abaixo:

	<u>ANO 2023</u>	<u>ANO 2022</u>
Contribuições Sociais	173.366.238,07	154.664.954,80
Contribuição Suplementar	67.632.657,84	60.531.482,53
Parcelamentos (Contrib. Suplementar)	5.199.462,52	4.544.459,77
Autorização Precária de Uso de Bem Publico.....	169.941,68	120.405,06
Parcelas da Venda do Imóvel e suas atualizações	2.479.811,85	1.799.339,68
Outras Receitas Diversas	56.839,69	40.691,42
Compensação Previdenciária entre regimes – COMPREV	<u>6.934.203,12</u>	<u>6.405.003,87</u>
Entradas Financeiras.....	255.868.298,11	228.106.337,13
Aposentadorias	201.006.567,16	167.598.644,15
Pensões	16.769.885,93	14.939.839,53
Obrigações Trabalhistas.....	3.352.449,80	2.398.272,86
Sentenças Judiciais.....	3.702.413,15	2.723.684,15
Contribuições Previdenciárias	394.357,34	324.651,28
Outros Benefícios Previdenciários Comprev pago.....	1.234.866,91	21.065,22
Serviços de Terceiros	840.259,86	759.037,82
Contribuições ao PIS/PASEP e outras.....	<u>2.817.071,93</u>	<u>2.350.049,90</u>
Saídas Financeiras	229.722.526,74	191.115.244,91
RESULTADO FINANCEIRO	26.145.771,37	36.991.092,22

15.2 Resultado patrimonial

Demonstramos variações que afetaram o resultado do exercício, porém, não possuem efeito diretamente financeiro até que se realizem:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
Valorização dos Investimentos	115.623.914,96
(-) Desvalorização dos Investimentos.....	47.028.918,87..... 68.594.996,09
Contribuições Suplementares a Receber de agosto a dezembro.....	46.043.576,25
Atualização monetária multa e juros dos parcelamentos.....	6.095.498,15
Reavaliação Monetária de Precatório IPESP.....	12.981.946,33
Apropriação de Contribuição Previd Suplementar (Res Matem.)	<u>171.490.405,73</u>
TOTAL VARIAÇÕES AUMENTATIVAS.....	305.206.422,55
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.776,73
Estorno de Variações do Receb de Parcelam. lançadas em outro exercício.	2.259.152,29
Estorno das parcelas de recebimento da venda do imóvel	1.339.740,00
Constituição de Precatórios para o ano de 2024.....	5.120.720,14
Reversão de Provisão de Ações Judiciais	1.460.290,64
Constituição de Provisões Matemáticas	301.221.807,61
(-) Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias... ..	<u>13.375.374,30</u>
TOTAL VARIAÇÕES DIMINUTIVAS.....	23.569.054,10
RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	281.637.368,45

RESULTADO GERAL DO EXERCÍCIO - (Resultado Financeiro + Variações Patrimoniais). 307.783.139,82

16 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Conforme estabelecido pelo artigo 119 da Lei Complementar nº 139 de 28 de dezembro de 2001 do Município de São José do Rio Preto, os gastos administrativos (limitados a 2,4%) representaram 2,07% em 2023 (1,87% em 2022) do somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto, apurado no exercício financeiro anterior, conforme inciso II do citado artigo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remuneração	343.956.173,95	315.669.721,37
Despesas Administrativas	7.126.284,62	5.031.295,05
Percentual utilizado	2,07	1,87%

17 IMPOSTOS DE RENDA RETIDO NA FONTE

Os valores retidos na fonte correspondentes ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do Município, atendendo às normas da Constituição Federal em seu artigo 158, tendo sido recolhido no ano de 2023 o montante de R\$ 27.695.340,86.

18 PASEP

O valor do PASEP, calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendência, totalizando, no ano de 2023 o montante de R\$ 2.812.952,93.

19 PRÓ-GESTÃO

A certificação no âmbito do Pró-Gestão RPPS permite atestar que um determinado Regime Próprio de Previdência Social que tenha aderido ao programa conseguiu implementar boas práticas de gestão previdenciária, alcançando os objetivos de melhoria do controle de seus ativos e passivos e aumento da transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Em 2023, o Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Preto obteve

a certificação institucional nível IV, entrando no rol de apenas cinco RPPS que possuem tal certificação no Brasil.

20 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município. O documento atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade apresentou regularidade em seu Certificado de Regularidade Previdenciária, ainda vigente na data de emissão deste relatório.

Assinatura Digital

Hélio Antunes Rodrigues
Analista Contábil
CRC – 1SP162962O/0

Assinatura Digital

Vanessa Lago Martins
Analista Contábil
CRC – 1BA036270

De acordo,

Assinatura Digital

Jair Moretti
Diretor Superintendente

* * *



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8A17-91B5-1D44-4CAB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JAIR MORETTI (CPF 275.XXX.XXX-04) em 25/03/2024 13:49:44 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ HELIO ANTUNES RODRIGUES (CPF 974.XXX.XXX-04) em 25/03/2024 14:05:10 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ VANESSA LAGO MARTINS (CPF 022.XXX.XXX-61) em 25/03/2024 14:43:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/8A17-91B5-1D44-4CAB>